

Carta garantirá Cz\$ 300 bi aos estados carentes

Josemar Gonçalves



O acordo no plenário aumenta a arrecadação de tributos para Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O plenário da Constituinte aprovou ontem, por 323 votos a 40 e 12 abstenções, a fusão de emendas do senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) e do deputado Fernando Gomes (PMDB-BA) que destina 3% da arrecadação da União do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do de Renda para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esse percentual, no entanto, será calculado sobre 47% do total da arrecadação — que é destinada ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios — e, segundo os constituintes ligados à área tributária, representa hoje Cz\$ 300 bilhões, aproximadamente.



e do Imposto de Renda, destinada aos estados e municípios, às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A diferença da emenda aprovada ontem é que obriga o Nordeste a aplicar a metade desses recursos nas regiões semi-áridas. Essa inovação é de autoria de Teotônio Vilela Filho que defendeu a medida argumentando que metade da população nordestina mora no agreste.

Além disso, esse inciso favorece essas regiões ao fortalecer as instituições financeiras regionais, como o Banco da Amazônia S/A (Basa) e Banco do Nordeste — a região Centro-Oeste não tem esse tipo de instituição. Segundo o texto aprovado, a União fará o repasse desses 3% através desses bancos. Com isso, a transferência dos recursos deixa de ser responsabilidade do Banco do Brasil.

A legislação atual prevê o repasse de 2% da arrecadação do IPI

Repasse

O plenário aprovou também o

Jazidas levam os geólogos a Ulysses

Constituintes integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista, acompanhados de integrantes da Confederação Nacional dos Geólogos, foram ontem ao gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, entregar-lhe um documento, "Carta Aberta aos Constituintes", pedindo a manutenção do texto da Sistematização na questão do subsolo.

No ato de entrega do documento, os parlamentares e geólogos colocaram, no gabinete do presidente da Constituinte, um mapa, com mais de oito metros quadrados, com dizeres como o de que o subsolo brasileiro está nas mãos do capital estrangeiro. No mapa, seus idealizadores colocaram com destaque todos os pontos onde estão localizadas as maiores jazidas minerais do País, para as quais estão pedindo atenção especial dos constituintes.

Entre os parlamentares da Frente estiveram no gabinete do deputado Ulysses Guimarães Nelson Friedrich, Paulo Ramos (RJ), Fernando Santana (BA) e Otavio Elisio (MG). Segundo o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), só as grandes mineradoras estrangeiras têm hoje áreas para exploração de minérios que, somadas, correspondem aos territórios dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, juntos.

restabelecimento do texto da Sistematização que prevê o repasse de 10% da arrecadação do IPI aos Estados e Distrito Federal, proporcionalmente às respectivas exportações de produtos industrializados. O texto do Centrão assegurava aos municípios portuários 1% dessa receita.

Ficou estabelecido que nenhuma unidade da Federação poderá receber parcela superior, a 20% do total destinado aos estados, sendo o excedente dividido entre os outros. Por sua vez, os estados serão obrigados a repassar, aos seus municípios, 25% do montante recebido.

O plenário aprovou a manutenção de um dispositivo existente na legislação atual que permite a retenção desses recursos pela União quando o estado ou o município estiver com as suas contas atrasadas, permitindo o desconto automático dos atrasados.

Falta de quorum pára sessão

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi obrigado a encerrar a sessão de ontem duas horas e 15 minutos antes do previsto por falta de quorum, apesar da presença de 350 parlamentares no plenário. Segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), os constituintes ligados ao Palácio do Planalto deixaram de votar para adiar o início da votação do Título VII, sobre a Ordem Econômica, um dos temas mais polêmicos da Constituinte.

A previsão é de que a sessão de hoje e dos próximos dias também não tenha quorum para complementar a votação do Título VI, sobre Tributação e Orçamento, e começar a apreciação da Ordem Econômica.

"O Palácio do Planalto não quer acordo e é possível que a Constituinte não comece a votação da Ordem Econômica nem na próxima semana", explicou Sandra Cavalcanti ao deputado César Maia (PDT-RJ), logo após o encerramento da sessão de ontem. A falta de quorum foi meramente estratégica, já que nas votações anteriores a presença média era de 380 constituintes.

Votações

Antes da suspensão da sessão, o plenário aprovou o texto básico do Centrão sobre o capítulo das

finanças públicas, que prevê um maior controle do Congresso Nacional na elaboração e fiscalização orçamentária. Foi acolhida, por 312 votos contra 83 e nove abstenções, emenda do deputado César Maia e do senador Meira Filho (PMDB-DF) que amplia ainda mais o acompanhamento legislativo dos recursos à disposição da União.

Com objetivo idêntico, foi aprovado emenda do deputado Lélcio Souza (PMDB-RS), por 332 votos contra seis e 12 abstenções, prevendo que o plano plurianual, os planos regionais e estaduais e setoriais sejam aprovados pelo Poder Legislativo e não decididos exclusivamente pelo Executivo.

O plenário aprovou ainda, por 384 votos contra 17 e quatro abstenções, emenda dos deputados José Serra (PMDB-SP) e José Jorge (PFL-PE) que cria uma comissão mista permanente de senadores e deputados com a função de compatibilizar os programas regionais e estaduais aos planos nacionais. A comissão terá também a incumbência de fiscalizar as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República. Ela também deverá controlar a execução orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso e de suas Casas, separadamente.

Orçamento terá mais controle

O Legislativo passará a ter mais controle sobre o orçamento da União a partir da promulgação da Constituição, com a aprovação da emenda de fusão dos deputados César Maia (PDT-RJ) e do senador Meira Filho (PMDB-DF). De acordo com a proposição, a cada início de ano o Governo mandará ao Congresso Nacional uma previsão de despesas, para o exercício do ano seguinte, detalhando quais os destinos dos recursos. Um outro dispositivo da mesma emenda prevê que o Poder Executivo terá que apresentar trimestralmente um relatório resumido da execução orçamentária.

Segundo o deputado César Maia, o dispositivo constitucional é importante porque vai evitar o processo de barganha que existe atualmente no Executivo para a liberação de verbas aos estados e municípios para a execução de obras públicas, por exemplo. A partir da promulgação da nova Carta, o Governo terá que dizer e detalhar a destinação de cada verba para o próximo exercício. Atualmente, o Executivo só manda sua proposta de recursos orçamentários para o Congresso em setem-

bro, faltando poucos meses para começar o exercício financeiro, o que dificulta um controle maior do Legislativo.

Reforço

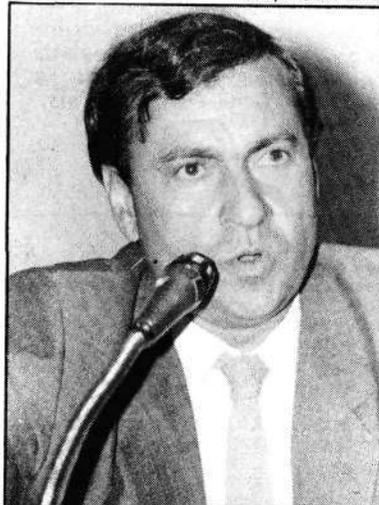
Essa emenda reforçou o texto do projeto de Constituição que trata do orçamento da União, estabelecendo que a lei de iniciativa do Poder Executivo, que institui o plano plurianual, vai fixar dire-

trizes, planos e metas da administração pública federal para os investimentos e outras despesas. Já as diretrizes orçamentárias serão controladas pelo Congresso, conforme a emenda de César Maia e Meira Filho, e o orçamento fiscal e o orçamento das empresas estatais terão que ser compatibilizados com o plano plurianual.

Racionalidade

O novo plano, segundo os tributaristas do Congresso, vai permitir uma maior racionalidade e operacionalização dos recursos do Governo, delimitando cada área em que serão aplicados. O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) explica que o Governo passará a ter um orçamento fiscal, outro para investimentos na previdência. Os constituintes aprovaram ainda uma outra emenda, de autoria do deputado Lélcio Souza (PMDB-RS), estabelecendo que os planos e programas, nacionais e regionais ou setoriais, previstos na nova Carta, serão elaborados em consonância com o plano plurianual. Isso vai facilitar a execução dos planos e programas, segundo o parlamentar.

Arquivo 27/12/87



Maia: fim da barganha